

Candidatos a deputados terão que residir nos Açores

Os cidadãos que pretendam candidatar-se a deputados ao parlamento dos Açores terão de passar a ter residência regular no arquipélago, caso contrário ficarão impedidos de concorrer, segundo uma proposta aprovada na Comissão Eventual de Aprofundamento da Autonomia.

“Não se trata aqui de uma discriminação!”, fez questão de sublinhar Francisco Coelho, deputado socialista e Presidente da Comissão, durante a apresentação da proposta, integrada na revisão da lei eleitoral, que os partidos com assento na Assembleia Legislativa dos Açores estiveram a discutir até ontem, em Angra do Heroísmo.

Esta alteração, que já figurava numa proposta vinda da CEVERA, a antiga Comissão Eventual de Reforma da Autonomia, criada pelo Parlamento açoriano durante a anterior legislatura, foi agora retomada e aprovada por larga maioria (PS, PSD, CDS e IL), apenas



com os votos contra do BE.

António Lima, deputado do BE, diz não compreender por que razão se passa a “limitar” e “impedir” que um ci-

dadão residente noutra região do país possa concorrer a deputado no mesmo pé de igualdade que qualquer cidadão residente nas ilhas.

Paulo Estêvão, deputado do PPM, recordou, porém, que esta alegada limitação também já figura na lei eleitoral para a Assembleia Legislativa da Madeira, que determina, igualmente, que os candidatos a deputados naquela região autónoma têm de ser residentes no arquipélago.

Esta alteração, agora proposta em sede de Comissão Parlamentar (mas que terá de ser apreciada e aprovada também no parlamento), pretende impedir que alguns partidos de âmbito nacional, mas com fraca expressão nos Açores, apresentem candidatos que desconhecem a realidade do arquipélago.

Além desta matéria, os deputados vão também apreciar outras propostas de alteração à lei eleitoral dos Açores, relacionadas com a criação de listas de independentes e de um eventual círculo de emigração, destinado aos açorianos que residem na diáspora.

Obras na Calheta Pêro de Teive vão ser retomadas em Setembro

As obras em curso na Calheta Pêro de Teive, em Ponta Delgada, deverão ser retomadas em Setembro, depois de terem sido interrompidas devido ao aumento de custos de construção, disse fonte da empresa Asta Atlântida.

Na última reunião da Assembleia Municipal de Ponta Delgada, o Presidente do município, o social-democrata Pedro Nascimento Cabral, informou que a empresa havido pedido uma suspensão das obras para a construção de um hotel na Calheta Pêro de Teive.

A empresa referiu que, “em Maio de 2023, o Fundo Discovery e a Asta Atlântida tomaram a decisão de suspender as obras na Calheta Pêro de Teive”.

Segundo a Asta Atlântida, esta decisão pretende “garantir o equilíbrio financeiro, face ao contexto actual de aumento de custos de construção”.

“De acordo com o planeamento em vigor, e após conclusão de processos de ‘value engineering’ (engenharia de valor) e de negociação de propostas de empreitadas, a decorrer, prevê-se que a

obra seja retomada em Setembro deste ano”, acrescentou.

A empresa assegurou que vai respeitar a “tipologia e classificação” da obra, “sem prejuízo de revisões técnicas que optimizem custos de investimento”.

A Asta-Atlântica disse ainda que “mantém o empenho na conclusão das diligências necessárias e precedentes à retoma da obra, no prazo de execução do mesmo”.

O processo da Calheta de Pêro de Teive arrasta-se desde 2008, altura em que foi anunciado um novo espaço comercial na marginal de Ponta Delgada, a cargo da Asta Atlântida, agora detida pelo fundo Discovery, mas que nunca foi terminado.

Em 2016, o mesmo fundo apresentou uma “mudança radical” para as inacabadas galerias comerciais, que passava por demolições e redução de volumetrias, aproveitando o espaço para a criação de uma unidade hoteleira e de um jardim público.

O processo de reformulação do projecto de arquitectura só foi iniciado em



2018.

Em 2021, a autarquia intimou a Asta Atlântida a promover a demolição da obra inacabada das galerias comerciais da Calheta Pêro de Teive.

A demolição das galerias inacabadas permitiu derrubar “tudo o que está acima da cota zero, que é a laje por cima das garagens, excepto o edifício a ponte”, esclareceu, na altura, o adminis-

trador da Asta Atlântida, José António Resendes.

Para aquele imóvel, do Governo Regional, previa-se um posto de turismo, indicou na ocasião o responsável.

Em 16 de Dezembro de 2021, a Câmara Municipal de Ponta Delgada ordenou que a demolição parcial das Galerias da Calheta Pêro de Teive se iniciasse no prazo de um mês.

Passada uma semana, em 22 de Dezembro, a autarquia informou que a empresa ia assumir a responsabilidade pela demolição da obra.

A Câmara de Ponta Delgada anunciou, em 6 de Outubro de 2022, que emitiu o alvará de licença de construção de um novo hotel na Calheta Pêro de Teive, com validade de 16 meses, após o pedido da sociedade Asta Atlântida.

Em comunicado, o município revelou que “procedeu à emissão do alvará de licença” no “âmbito da operação urbanística de construção de uma unidade hoteleira na Calheta Pêro de Teive, após receber todos os documentos legalmente exigidos”.

Maratona literária em Ponta Delgada



A editora Letras Lavadas vai promover de 21 a 22 de Julho, em Ponta Delgada, uma maratona literária com 24 escritores locais, durante 24 horas, que culmina com a edição de um livro colectivo.

De acordo com a editora, a iniciativa “visa sensibilizar para os livros, incentivar a leitura, valorizar o património, vivenciar a cidade” de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, nos Açores.

A promotora da iniciativa aponta que, durante 24 horas, “desde as 09:00 de 21 de julho até às 08:00 do dia 22

de Julho, 24 autores publicados e/ou comercializados pela Letras Lavadas percorrerão, sucessivamente, 24 diferentes locais da cidade de Ponta Delgada”.

Cada autor, no local que lhe é destinado, escreverá um texto alusivo que integrará um livro colectivo editado pela Letras Lavadas Edições.

O livro será lançado pela Letras Lavadas Livraria, no dia do seu quarto aniversário, 22 de Julho, às 18:00, com apresentação do comediante e escritor Luís Filipe Borges.

Colaboram nesta iniciativa os escritores Susana Goulart Costa, Hélio Soares, João Pedro Porto, José Andrade, Teófilo Braga, João Miranda, Susana Rodrigues, Telmo Nunes, Paula Sousa Lima e Ângela Almeida. A iniciativa integra ainda Madalena São Bento, Maria João Ruivo, Malvina Sousa, Carolina Bettencourt, Leonor Sampaio da Silva, Hélder Medeiros, Orquídea Abreu, Pedro Paulo Câmara, Fernanda Mendes, Henrique Levy, Aníbal Pires, Sidónio Bettencourt, Carolina Cordeiro e Carlos Tomé.